



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 9 de dezembro de 2014

Horário: 10h00 às 13h00.

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, fez a abertura da 29ª Reunião Ordinária abordando as principais questões do setor energético nacional. Em seguida, aprovou juntamente com os membros do Conselho, a Memória da 28ª Reunião Ordinária, passou ao exame dos assuntos da pauta.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO EM 2014

O Diretor-Presidente do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, Albert Melo, apresentou as características dos Modelos Computacionais para o Planejamento da Expansão e da Operação do Sistema Hidrotérmico Brasileiro. Fez análise do comportamento das afluições e das correlações entre as Energias Naturais Afluentes e avaliação dos riscos de abastecimento, em conformidade com o critério estabelecido pelo CNPE. Mostrou as diferenças de cenários entre os anos de 2001 e 2014, enfatizando que são situações eletroenergéticas distintas, de acordo com os resultados da análise de desempenho apresentadas aos membros do CNPE.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, discorreu sobre a Medida Provisória – MP nº 579, de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 2013, e a situação conjuntural do Setor Elétrico em 2014, fazendo uma apresentação aos membros do Conselho do Relatório dos resultados da implantação da prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica, objeto do Acórdão TCU nº 2.565/2014 – TCU - Plenário. O Secretário-Executivo informou que o custo total do despacho das usinas termelétricas, para o período de 2013 a 2015, varia de R\$ 81,9 a 88,2 bilhões, considerando as premissas analisadas com a edição da MP nº 579, de 2012, enquanto que sem a edição da MP, esse valor sobe para R\$ 167,2 a 170,3 bilhões, o que representa uma redução de mais de 90% no custo para as distribuidoras de energia elétrica. Esse percentual é o resultado da diminuição da exposição das distribuidoras ao mercado de curto prazo, devido à alocação de cotas de energia das usinas hidrelétricas cujas concessões foram prorrogadas, da redução dos encargos setoriais e da Receita Anual Permitida – RAP. Concluiu sua apresentação informando que será enviada aos membros do Conselho cópia do Relatório elaborado em resposta ao Acórdão nº 2.565/2014-TCU - Plenário.

3. ABASTECIMENTO DE ENERGIA

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura Filho, apresentou os cenários socioeconômicos e de demanda de energia do Plano Nacional de Energia 2050. Informou que, no período de 2013 a 2050, o consumo final de energia crescerá cerca de 2,5 vezes, com aumento médio de 2,2% ao ano, alcançando 605 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, e que o consumo de eletricidade triplicará no mesmo período, com aumento médio de 3,2% ao ano, devendo atingir 1 milhão 624 mil megawatts-hora. Observou, ainda, que a participação da eletricidade no consumo final de energia passará de 16,6% em 2013, para 23,1% em 2050. Ao final, fez projeções de

oferta de energia para o horizonte do Plano, destacando que a matriz permanecerá, predominantemente, limpa e renovável.

O Diretor da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, José Carlos Miranda, apresentou os resultados da expansão da energia elétrica em 2014 e para o próximo quinquênio, considerando o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2023. Informou que a projeção de carga de energia elétrica no ano de 2019 será de 78.309 megawatts médios, estimando, para 2015, um crescimento de 3,2% em relação a 2014, e que nos próximos 5 anos, o parque gerador de energia elétrica será ampliado em 42 mil megawatts, sendo, cerca de 96,5% desse incremento contratados por meio de leilões. Ressaltou que o balanço entre oferta e demanda de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, para os próximos 5 anos, mostra sobra estrutural de energia elétrica, evoluindo de 12,6% para 16,5% no ano de 2019, e que serão contratados para o mesmo período, por meio de novos leilões, cerca de 31.507 megawatts de capacidade de geração e 33.820 quilômetros de linhas de transmissão. Concluiu sua apresentação informando que a capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional - SIN evoluirá de 131 mil megawatts, em 2014, para 171 mil megawatts, em 2019. A participação das renováveis na matriz crescerá de 83% para 86%, com destaque para a fonte eólica, que saltará de 4% para 11%.

O Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN, considerando a operação eletroenergética em 2014 e as condições de atendimento para o período 2015 a 2018, conforme o Plano da Operação Energética – PEN 2014-2018. Afirmou que o suprimento de energia elétrica foi plenamente atendido ao longo de 2014, acompanhado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Ressaltou que a operação do sistema durante os grandes eventos no Brasil, em especial a Copa do Mundo de Futebol, recebeu medidas de segurança complementares e o abastecimento transcorreu com absoluto sucesso. Observou, ainda, que as condições climáticas em 2014 foram desfavoráveis para a geração hidrelétrica. De dezembro de 2013 a maio de 2014 foi verificado o quarto pior valor de afluência ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste e o segundo pior no Nordeste, sendo, justamente esse período, denominado período úmido típico, quando são esperados os volumes mais significativos de chuva para completar os reservatórios das usinas hidrelétricas. Informou que em 2014 foram instalados 6.641 megawatts de capacidade no parque gerador e que novas linhas de transmissão também foram implantadas, totalizando 7.756 quilômetros. O Diretor-Geral do ONS concluiu a apresentação discorrendo que as análises prospectivas de desempenho do Sistema para o período 2015 a 2018, apresentadas no CMSE, apontam valores que estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo CNPE.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, apresentou os resultados de 2014 e as condições de abastecimento ao mercado brasileiro de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis para o período de 2015 a 2018. Informou que as reservas de petróleo, em 2013, alcançaram a marca de 15,59 bilhões de barris e as de gás natural 458,16 bilhões de metros cúbicos, estimando a produção de petróleo e gás natural no Brasil, em 2023, em 5 milhões de barris diários, sem considerar a contribuição de Libra e a contratação direta da Petrobras para os volumes excedentes da Cessão Onerosa, aprovada pelo CNPE na reunião de junho de 2014. Salientou que, até outubro de 2014, a produção nacional média diária de petróleo foi de 2,31 milhões de barris de petróleo e a de gás natural alcançou 86,16 milhões de metros cúbicos, e a produção de petróleo, na área do Pré-Sal, foi de 607,1 mil barris dia, equivalente a 26,4% da produção nacional. Destacou que no dia 28 de outubro foi registrada a maior produção diária das Bacias de Campos e Santos, com 640 mil barris

dia, e que o Brasil, a partir de 2015, deverá retomar sua autossuficiência em produção de petróleo, produzindo volume superior à demanda nacional por derivados de petróleo. Fazendo referência a produção nacional de combustíveis derivados de petróleo, em 2014, informou que foi alcançada a marca de 2,24 milhões de barris de petróleo dia, dando destaque para o mercado do ciclo Otto que cresceu 9,4% e que o Diesel S10, combustível com menor teor de enxofre, já atinge 22% do mercado brasileiro. Em relação ao mercado de Etanol e Biodiesel, o Secretário informou que foram abastecidos regularmente em 2014. O Etanol deve alcançar o volume de 26 bilhões de litros, na safra 2014 – 2015, com redução de 4% em relação à safra anterior. Quanto ao Biodiesel serão produzidos 3,5 bilhões de litros, com crescimento de 20% em comparação a 2013. Ressaltou, ainda, que a mistura de Biodiesel no Diesel de petróleo foi elevada para 7% a partir de novembro de 2014 e a mistura de Etanol anidro na Gasolina deve aumentar para 27,5%, em 2015. O Secretário Marco Antonio fez uma apresentação sobre a proposta de realização, em 2015, da 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, informando que seu objetivo é assegurar as atividades exploratórias em bacias maduras, atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras, manter a produção no médio e longo prazos a partir da oferta de áreas de elevado potencial e estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção por meio da oferta de campos marginais. Saliu que, no primeiro trimestre de 2015, está previsto o lançamento da primeira licitação de gasoduto no modelo de concessão. Trata-se do gasoduto entre os municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, que levará o gás produzido nas reservas do Pré-Sal para a malha de transporte existente. Com relação aos leilões de Biodiesel, informou que foi contratado até outubro de 2014, o volume de 3.464 mil metros cúbicos de Biodiesel, com valor total de R\$ 6,81 bilhões.

O Secretário-Executivo, Márcio Zimmermann, apresentou os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica e a previsão para 2015. Informou que foram realizados, em 2014, dois leilões de energia nova (Leilão A-3, com início de suprimento em 2017, e Leilão A-5, com início de suprimento em 2019) que resultaram na contratação de 3.139 megawatts-médio, com investimentos previstos de R\$ 18,95 bilhões. Saliu que foi realizado um leilão de energia de reserva, com início de suprimento em outubro de 2017, com a contratação de 535 megawatts-médio e investimentos da ordem de R\$ 7,11 bilhões. Esse foi o primeiro leilão com a negociação de energia solar, demonstrando a competitividade dessa fonte. Com relação aos leilões de energia existente, realizou-se o Leilão “A”, que reduziu a exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo, bem como a licitação da concessão da UHE Três Irmãos, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. Para o ano 2015, na área de geração, o Secretário-Executivo informou que está agendada a realização de um leilão de fontes alternativas para o mês de abril, estando previstos para o primeiro semestre um leilão A-3 e um A-5, além dos leilões para a contratação de energia existente e do leilão de energia reserva. Finalizando, comunicou que, na área de transmissão, está prevista a realização de leilões para a outorga da concessão de 12.963 quilômetros de linhas, com destaque para a licitação do segundo elo do sistema em corrente contínua em ultra alta tensão da UHE Belo Monte.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antonio Martins Almeida, apresentou os estudos do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, em atendimento às Leis nº 9.478, de 1997, e nº 8.176, de 1991. Informou que, segundo avaliação do Grupo de Trabalho, com participação do Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, EPE e Petróleo Brasileiro – S. A. -

Petrobras, não é necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante no Brasil em 2015.

4. CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura Filho, apresentou os resultados dos seguintes programas de Conservação de Energia que visam reduzir o desperdício e o uso ineficiente da energia, sem comprometer o seu uso final: o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural – CONPET; e o Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética – CGIEE. Informou que em 2013, o PROCEL proporcionou a economia de 9,7 bilhões de quilowatts-hora, correspondendo a 2,1% da energia elétrica consumida no País, e que o CONPET tem iniciativas em vários segmentos, com destaque para a educação, transporte e eficiência energética em equipamentos, com investimento médio anual de cerca de R\$ 10 milhões. Em relação ao CGIEE informou que o comitê atua na definição dos níveis máximos de consumo de energia ou mínimos de eficiência energética de aparelhos consumidores, bem como nos programas de metas de evolução dos níveis de eficiência a serem alcançados por cada equipamento. Saliu que o PROCEL e o CGIEE, em articulação com o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, proporcionaram a regulamentação de dezenas de equipamentos: motores elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas, refrigeradores, congeladores, fogões e fornos a gás, condicionadores de ar, aquecedores de água a gás, reatores eletromagnéticos e transformadores de distribuição. Por fim, o Secretário destacou que em junho de 2014 foi concluída a regulamentação da eliminação do mercado das lâmpadas incandescentes. Nesse sentido, informou que os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 milhões de megawatts-hora por ano, proporcionando uma economia de aproximadamente R\$ 6 bilhões.

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Romeu Rufino, discorreu sobre o andamento e as perspectivas do Programa de Eficiência Energética na Distribuição – PEE, tendo sido empregados no programa recursos da ordem de R\$ 5,7 bilhões no período de 1998 a 2014, oriundos de investimentos compulsórios de concessionárias de distribuição em eficiência energética. Informou ainda, que a energia economizada com as ações desse Programa alcançam 9 milhões de megawatts-hora por ano. O Diretor-Geral informou que, em 2015, os esforços estarão concentrados na busca por maior eficácia e efetividade na aplicação dos recursos. Destacou que está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.672, de 2012, alterando a Lei nº 12.212, de 2010, que dispõe sobre a destinação de um mínimo de 60% dos recursos de seus programas de eficiência para unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social. Nesse sentido, a Agência já se manifestou favoravelmente a esse projeto.

5. RESOLUÇÕES DO CNPE

O Presidente do Conselho, informou que a única Resolução aprovada e publicada em 2014 foi a Resolução CNPE nº 1, de 24 de junho de 2014, que aprova a contratação direta da Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-sal, no regime de partilha de produção. Na sequência, retomando o assunto apresentado pelo Secretário Marco Antonio, colocou em aprovação a recomendação para que a ANP possa realizar a 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural. As áreas a serem licitadas ainda estão em fase final de avaliação e a proposição de blocos será submetida à Presidência da República. Por unanimidade, o Conselho aprovou os termos da proposta de realização da 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

6. GRUPOS DE TRABALHO, COMITÊS TÉCNICOS E AGENDA

O Secretário-Executivo do CNPE, José Coimbra, entregou aos membros do Conselho o relatório sobre as atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalhos do CNPE, no ano de 2014, e uma Resenha das atividades dos diversos setores energéticos do País, durante o ano de 2014, e suas perspectivas para 2015. Na oportunidade, informou o recebimento do Ofício 0527/2014-TCU/SefidEnergia, de 17 de novembro de 2014, que encaminha, para conhecimento do Conselho, cópia do Acórdão nº 3087/2014-TCU–Plenário, que trata de acompanhamento da outorga de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, pelo regime de partilha de produção em áreas do Pré-sal, mediante a contratação direta da Petrobras, aprovada pelo CNPE, por meio da Resolução nº 1/2014, de 24 de junho de 2014. A cópia do Acórdão, juntamente com a resposta do Ministério, sobre o assunto, serão encaminhadas aos membros do Conselho.

O Presidente do Conselho, Edison Lobão, em atendimento ao art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2015. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de reuniões para os dias 23 de junho e 8 de dezembro de 2015.

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra aos participantes da reunião. O representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Alexandre Comin, discorreu sobre a possibilidade de desenvolvimento do complexo sucroalcooleiro no longo prazo, no contexto da decisão recente de se aumentar o percentual de mistura do etanol anidro na gasolina para até 27,5%. Frisou que, de acordo com as estimativas da EPE, o atendimento da demanda projetada de etanol para 2023, por força de Lei, da ordem de 18,4 bilhões de litros, poderia ser viabilizado por uso de tecnologia de segunda geração. Propôs ao Colegiado solicitar ao Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que avalie as vantagens da inserção do etanol de segunda geração na matriz de combustíveis veiculares, apontando opções de política para acelerar essa inserção, para que na próxima reunião do CNPE os resultados dessa análise preliminar sejam debatidos. A proposta foi aprovada por todos os membros do Conselho.

O Secretário, Altino Ventura Filho, propôs a criação de uma Comissão Permanente de Conservação de Energia, para acompanhamento integrado dos programas de conservação de energia, visando orientar, de forma sustentável, às ações de diversos entes públicos e privados no combate ao desperdício de energia e na construção de uma economia energeticamente eficiente.

O Presidente do Conselho determinou que a Secretaria do CNPE, juntamente com as entidades envolvidas, elabore os estudos sobre a proposta de criação dessa Comissão, recomendando que o assunto seja submetido à avaliação na próxima reunião.

Ao final, após resumir as apresentações da reunião, o Presidente do Conselho, Ministro Edison Lobão, enfatizou a importância do Conselho para a discussão, aprovação e formulação da política energética do País, desde sua origem. Em seguida, reforçou as condições vantajosas do Brasil no campo da oferta de energia, especialmente, o fato de contarmos com uma matriz limpa e sustentável, que singulariza o Brasil no plano internacional. Apesar disso, chamou atenção para a importância de se considerar também no planejamento a participação da energia nuclear. Ao concluir, o Presidente do Conselho, elogiou uma vez mais a composição do sistema energético e fez votos de que o Conselho, com atividade intensa e qualificada, execute seu papel a contento.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do CNPE, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.